

O Estado entre Malan e Mendonça de Barros

DIVERGÊNCIA ESSENCIAL DOS TUCANOS É SOBRE QUAL DEVE SER A RELAÇÃO ENTRE A COISA PÚBLICA E PRIVADA

SUELY CALDAS

Eliminando adjetivos e xingamentos e delimitando o debate à sensatez e à racionalidade, o que sobra de divergência relevante do bate-boca entre Luís Carlos Mendonça de Barros e Pedro Malan é a relação entre Estado e economia privada. O ministro da Fazenda rejeita essa relação, prefere adotar políticas públicas horizontais, ou seja, regras válidas para toda a economia privada, sem ações específicas de Estado dirigidas a este ou aquele setor industrial. Exemplo: Malan engoliu em seco, não gosta do acordo automobilístico, que reduz impostos para a indústria automobilística em troca da preservação do emprego e manutenção dos preços dos automóveis. Ele entende ser isso um favor fiscal, privilégio a um único setor.

O ex-ministro das Comunicações discorda e defende a intervenção do Estado sempre que houver interesse estratégico do governo em desenvolver um determinado segmento empresarial. Exemplo: quando presidente do BNDES, ele e o falecido ministro Sérgio Motta isentaram da pagamento do IPI indústrias de telecomunicações que instalassem novas fábricas no Brasil, visto que o capital estrangeiro está sempre à procura de vantagens ao decidir onde alocar seus investimentos. Agora, a Fazenda resiste em prorrogar a Lei de Informática porque contém essa renúncia fiscal. No artigo que publicou no *Estado*, domingo passado, Mendonça de Barros afirma que, por causa dessa demora, "vários projetos que poderiam estar sendo instalados na região de Campinas es-

tao sendo perdidos". Ele não enxerga aí favor fiscal, mas um recurso legítimo para atrair investimento.

A equipe econômica liderada por Pedro Malan teme que um favor aqui e outro adiante tragam de volta a cultura de benesses do Estado dos anos 70/80, que transferiu renda da sociedade inteira para empresas privadas, criou empresários ineficientes e viciados a viver do dinheiro público. Mendonça de Barros acha que não há mais esse risco, que a abertura comercial forçou as empresas a irem à luta, melhorar qualidade, competir com importados e ganhar em produtividade.

Hoje a cultura do empresário já seria diferente dos anos 70/80. É certo que, vez por outra, surgem lideranças empresariais defendendo renúncia fiscal, favores de crédito e proteção tarifária. Mas é certo também que a decisão de conceder ou não cabe ao governo. Apesar das resistências de Malan, o governo cedeu à pressões políticas dos governadores e concedeu favores fiscais para a instalação de indústrias automobilísticas em vários Estados. Portanto, é preciso acabar com a cultura de benesses, sim. Mas, em primeiro lugar, de quem tem responsabilidade de governar e decidir o que fazer com o dinheiro público.

No início do Plano Real foi fundamental a posição rígida e inflexível de Pedro Malan e Gustavo Franco em liquidar com estruturas corporativas incrustadas no governo, que serviam apenas para corroborar interesses de um grupo de empresários e trabalhadores, quase sempre em prejuízo do Fisco, do Tesouro e da grande maioria da população. As câmaras setoriais são

um exemplo. Naquele momento era preciso revirar pelo avesso a viciada cabeça de certos líderes empresariais. Hoje a continuidade dessa posição é questionável, sobretudo se há necessidade de diálogo, entendimento, mobilização por determinado objetivo. Exemplo: o setor exportador.

Oito meses depois da desvalorização cambial, as exportações continuam empacadas e não há esperanças de melhora este ano. Há consultorias – Tendências é uma delas – que projetam um déficit de US\$ 2 bilhões para este ano. A desculpa da necessidade de tempo para fechar contratos lá fora e organizar a produção já teve carência esgotada, não vale mais. Então, o que fazer além de arranjar mais dinheiro para o Proex? O ex-ministro Clóvis Carvalho planejava dar nova versão aos velhos comitês de exportação da antiga Cacex. Periodicamente o diretor da Cacex reunia os empresários mais expressivos de setores de

maior potencial de receita cambial – soja, calçados, automóveis, celulose, têxteis, suco de laranja, etc. Nesses encontros os empresários falavam de dificuldades, entraves para aumentar as vendas e o governo examinava as condições para facilitá-las. Óbvio, os tempos eram outros, havia fartura de crédito subsidiado e isenções fiscais. Era mais simples a organização da produção, havia empresas nada sofisticadas. E o Estado funcionava como o grande provedor dos exportadores.

Hoje, felizmente, é diferente. A nova versão de Clóvis Carvalho aproveitava da experiência desses comitês apenas a idéia de reunir empresários e governo para identificar obstáculos, não mais de um setor de empresas, mas do curso inteiro da cadeia produtiva. E isso é ruim? Se o governo deixar claro que o passado de benesses está definitivamente enterrado, esse tipo de diálogo pode ter resultados positivos. Exportar depende fundamentalmente de crédito e, secundariamente de ações as mais diversas. Os fabricantes de móveis, por exemplo, precisavam de crédito para o designer de suas peças. Passaram a ser financiados pelo BNDES.

O governo fixou uma meta de US\$ 100 bilhões para exportações em 2002. Significa dobrar a receita em apenas três anos. Conseguirá? Só com muita mobilização, respondem os empresários. E são eles que exportam. Se a resposta não esconder desejos de obter favores, se mobilização não embutir dinheiro público, o Estado deve sim assumir o papel de mobilizador. Afinal, na relação entre Estado e economia privada não há o que temer se o gestor público for ético e responsável.

■ Suely Caldas é jornalista
e-mail: sucaldas@agestado.com.br

